

COMO OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PENSAM A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES: UM ESTUDO SOBRE OS SINDICATOS DOCENTES DO RIO DE JANEIRO

MIRANDA, Kênia. – UFF – FME-Niterói

mirandakenia@ig.com.br

GT: Trabalho e Educação / n. 09

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Este trabalho analisa o pensamento e o projeto sindical de três sindicatos docentes do Rio de Janeiro, que compõem camadas políticas diferenciadas da organização docente da educação básica. Dessa forma, discute as repercussões da reestruturação produtiva para os sindicatos, as transformações na prática política das entidades e suas concepções educacionais. O trabalho está dividido em três seções, a saber: A crise sindical como contexto; O caráter multifacetado dos sindicatos docentes do Rio de Janeiro; O Pensamento Pedagógico; e O Projeto Sindical do SEPE, do SINPRO e da UPPEs.

A CRISE SINDICAL COMO CONTEXTO

A reorganização no cenário produtivo promovida pelo capitalismo sob a forma do padrão de acumulação flexível (HARVEY, 2003) e de sua expressão política, o neoliberalismo, trouxeram profundas repercussões para a classe trabalhadora e para suas formas organizativas, em particular, para o sindicalismo.

A necessidade objetiva do capital de conter as lutas entre as classes sociais fundamentais impulsionou uma busca pelo consentimento ativo dos trabalhadores, almejando subsumir suas organizações coletivas. Portanto, a proposta de conformação do trabalhador - construída sobre as bases materiais de alienação “parcial” do processo produtivo, pelo direcionamento interessado de sua formação/qualificação e pela interferência na sua relação com as entidades sindicais - vai ao encontro de uma estratégia de desmobilização geral, apelo exacerbado ao individualismo e dissimulação das possibilidades históricas. Esse movimento gestou uma crise no interior da forma-sindicato¹,

¹ Marx e Engels, em seus estudos sobre a organização dos trabalhadores, identificaram várias formas históricas dos movimentos, tais como: o cartismo, o ludismo, os sindicatos de ofício, as sociedades de ajuda mútua, as sociedades de resistência. Dessa forma, ao utilizar tal expressão, estamos corroborando a posição política de que o sindicato é uma das formas históricas possíveis de organização da classe trabalhadora, possuindo limites estruturais, assim como possibilidades de conscientização de classe. Atualmente outras

que só pode ser compreendida através da crise do capital, pois, integrante da totalidade social estabelece, com ela, relações recíprocas.

Entendemos que a crise do sindicalismo, apontada pela literatura, não é linear e irrecobrável e que o sindicalismo docente, objeto de nosso estudo, é expressão de que esta forma organizativa vive, como no caso de outras categorias, um processo de expansão e não de esgotamento.

Contudo, a conjuntura nacional e internacional tem colocado desafios inúmeros ao movimento sindical, sejam de ordem objetiva, com as mudanças no padrão produtivo, ou política, com a ofensiva do neoliberalismo após a restauração capitalista no Leste Europeu, ou ainda subjetiva, através da cooptação da classe trabalhadora e de suas entidades classistas. Esses ataques combinados parecem ter construído um terreno propício ao recuo da organização da classe trabalhadora, que se expressam por uma tendência de social-democratização das entidades, assim como a redução da sua base tradicional, além do arrefecimento de suas formas de luta.

No entanto, há que se ter cuidado ao tratar da crise do sindicalismo no Brasil e relativizar o debate a nível internacional. Primeiro, por que a crise não significa o esgotamento desta forma tão difundida de luta que é a forma-sindicato, como apregoam tantos intelectuais reacionários sob a tese do fim da centralidade do trabalho e do potencial do movimento operário (GORZ, 1982), mas pode ser caracterizada como uma crise conjuntural causada pelo resultado provisório da luta de classes. Em segundo lugar, por que há, em países centrais do capitalismo, uma ascensão das lutas da classe trabalhadora, vide a organização recente dos trabalhadores da União Européia contra o arremate privatista.

Enfim, para entendermos o papel que o sindicato pode ter no fortalecimento da organização dos trabalhadores, não podemos perder de vista os limites intrínsecos dessa forma-organizativa que ganham contornos particulares na conjuntura de crise sindical a fim de pensar suas possibilidades de contribuir para a subversão da economia e das relações sociais capitalistas. Do mesmo modo, faz-se necessário compreender o arcabouço objetivo e subjetivo construído pelo capital para impor um recuo às organizações sindicais da classe trabalhadora.

formas organizativas coexistem com a sindical. Para uma discussão aprofundada da visão marxiana e engelsiana sobre sindicalismo, ver ALVES (2003).

As transformações na base material dos processos de trabalho, que passaram a ter uma produção baseada na lógica do consumo, altíssimo emprego de novas tecnologias, redução do número de trabalhadores produtivos, flexibilidade das funções e terceirização, causaram mudanças na composição da classe trabalhadora tradicional, das quais se destacam, segundo ANTUNES (1999): diversidade, heterogeneidade e complexidade da classe; divisão sexual do trabalho; crescimento no setor de serviços e emergência do terceiro setor e formas de trabalho doméstico e, por último, transnacionalização do capital e do mundo do trabalho.

Essa reorganização do cenário produtivo promovida pelo capitalismo, sob as formas do padrão de acumulação flexível, tem relações recíprocas com a superestrutura.

RUMMERT (2000) afirma que a hegemonia neoliberal reformula categorias explicativas da realidade a fim de fundamentar um novo projeto identificatório² que estabeleça uma reciprocidade entre a base material e espiritual da sociedade. Para tanto, destaca como características inter-relacionadas mais relevantes do processo de interiorização do ideário neoliberal pelos trabalhadores, as seguintes:

1- A ênfase no individualismo, substituição dos conflitos estruturais pelos interpessoais. 2- A construção simbólica de “culpados” fora da esfera macropolítica. 3- Hiperdimensionamento do mérito segundo a lógica do mercado. 4- Atribuição de caráter superlativo ao presente, ou seja, o simulacro do a-historicismo. 5- A valorização da descontinuidade dos processos vividos na sociedade e dos projetos, individuais e coletivos, de inserção na vida socioeconômica (empregabilidade). 6- O apelo à competitividade. 7- A lógica mercantil como regente, determinante e explicativa da realidade.

A autora afirma ainda que tais elementos do projeto identificatório neoliberal coexistem com valores de projetos passados e que sua apreensão não é uniforme no interior da sociedade. Mas, então, o que levaria os trabalhadores de um modo geral a aderirem a este projeto identificatório formulado pelo capital?

Podemos começar a buscar respostas a partir da compreensão do conceito de ideologia em MARX:

² “O projeto identificatório é constituído por um conjunto de proposições formuladas por um grupo, por uma fração de classe ou por uma classe, que objetiva manter ou conquistar a hegemonia sobre outros grupos, frações de classe ou, mesmo, sobre a totalidade social” (RUMMERT, 2000: 178).

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (1987:37)

Afirmar que a realidade aparece invertida sob a ideologia, não é o mesmo que dizer que existe uma realidade falsa e uma verdadeira e que, portanto, não há compreensão que exista paralela ou fora do mundo. Quando a realidade se apresenta de forma invertida, revela seus aspectos fenomênicos, uma vez que é a realidade, mas sua apresentação está em sentido contrário, às avessas, transmutando a ordem em que as determinações aparecem, aparentando uma pretensa independência entre elas.

A realidade se apresenta invertida por que está invertida na sociedade capitalista. A riqueza de uma minoria da sociedade é financiada pela miséria da esmagadora maioria. Os interesses individuais se contrapõem aos interesses coletivos. Os produtos criados pelo trabalho não pertencem àqueles que o realizam. O espetacular desenvolvimento das forças produtivas não libera a humanidade para o mundo da liberdade, mas antes, a torna supérflua.

Portanto, o potencial de cooptação da ideologia advém do fato de que está conectada à realidade dos homens, não é de todo falseada, revela parcialmente a realidade, mas oculta o essencial. Ganha poder explicativo pelo que mostra do real, ganha supremacia sobre aqueles que provavelmente seriam contrários a ela pelo que esconde.

Poderíamos, portanto, definir uma expressão desse potencial de cooptação que um determinado projeto identificatório tem em relação aos seus destinatários, antes de tudo, pela forte coerção material aliada à ideologia.

A junção dos aspectos objetivos e subjetivos de cooptação da classe trabalhadora que impulsionou uma crise no seio da classe trabalhadora pôde ser sentido no Brasil uma década mais tarde do que nos países centrais. Precisamente na década de 1990, correntes políticas começaram a redirecionar - não sem contradições ou disputas - os rumos da maior central sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT)³, para uma ação conformada ao neoliberalismo. Para isso, usavam como justificativas as mudanças trazidas

³ Ver TUMOLO (2002).

pela chegada do neoliberalismo e pelo braço sindical do governo Collor - a Força Sindical (FS).

O surgimento da FS, em 1991, polarizou com a CUT as negociações entre capital e trabalho. A nova Central, patrocinada pelo governo, combinou a velha estrutura sindical com o ideário neoliberal, apresentando-se aos trabalhadores como alternativa à crise do sindicalismo e ao desemprego. A proposta de ação da FS, baseada na conciliação entre o capital e trabalho, tentava difundir a idéia de *humanizar* o capitalismo, reformando-o sobre o prisma da negociação pacífica e estritamente representativa. As idéias de sustentação de sua ação são assim apontadas por ANTUNES:

reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolarem este âmbito da luta; a papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem ser totalmente desvinculados da ação sindical; o Estado deve reduzir a sua ação, em favor de uma política privatizante (1995: 38).

O sindicalismo de resultados estava agora consolidado sob a direção da direita sindical aliada aos interesses do neoliberalismo. Os sindicatos controlados por essa facção do movimento filiada à FS apoiaram, por exemplo, a privatização das próprias empresas onde estavam organizados, tais como a Usiminas e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

A contra-reforma que a FS pretendeu introduzir no movimento dos trabalhadores não foi o único determinante da mudança de estratégia da CUT⁴, mas foi um fator importante na história das centrais sindicais e no movimento de social-democratização que os sindicatos começaram a empreender frente ao quadro de cooptação, fragmentação e retração de sua base tradicional.

A década de 1990 foi o marco da desregulamentação das conquistas trabalhistas, da abertura da crise para o sindicalismo brasileiro, depois do ascenso das lutas expresso pelo movimento conhecido como Novo Sindicalismo⁵. Esse quadro representou uma mudança

⁴ Ver a esse respeito “As opções das direções” em *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*, MATTOS (2002).

⁵ Para MATTOS (1998) o próprio conceito de Novo Sindicalismo expressava um certo otimismo da produção acadêmica sobre a configuração sindical da década de 1980 em comparação com fases históricas anteriores.

das táticas e estratégias do movimento sindical brasileiro, em sua maioria, e na mais combativa de suas centrais, a CUT. Esta central que se organizou inicialmente paralela à estrutura oficial foi trilhando, ao longo da década de 1990, um caminho de aproximação ao Estado ao tomar a decisão de se envolver nas câmaras setoriais, na dependência da verba do Fundo de Ampara ao Trabalhador (FAT), que se tornou, em alguns casos, maior que a arrecadação de suas filiações, e no governo Lula, se colocou como um braço sindical do governo - papel análogo ao que a FS desempenhou no governo Collor.

À crise do sindicalismo brasileiro e mundial imbricada a crise do capitalismo e seu movimento de auto-reforma associam-se ainda outros aspectos importantes para a compreensão da especificidade do sindicalismo docente. Destacamos o processo de proletarização (BRAVERMAN, 1987) a que os docentes foram submetidos, assim como a ofensiva do capital na área educacional, seja no que diz respeito à expansão de um novo mercado, seja na sua ação precedente e combinada de devastação das condições de trabalho da escola pública. A educação, até então proclamada como direito universal, tem sido oferecida, no neoliberalismo, através de um duplo movimento: precarização das condições de trabalho e expansão quantitativa de vagas.

Para a compreensão do sindicalismo docente e sua relação com os processos de trabalho - aspectos intimamente inter-relacionados - há que se compreender também este lócus de trabalho que é a escola. Para FRIGOTTO (1989), a escola possui uma relação mediata com a produção, posto que não está situada no mesmo campo da produção de mais-valia e nem é autônoma em relação a tais condicionantes objetivos. No entanto, mesmo a instituição escola possuindo uma relação mediata com a produção, as relações sociais e produtivas do modo de produção atual já se expandiram a muitas esferas, chegando, inclusive ao seu interior. A lógica capitalista reestruturou a produção material e espiritual da sociedade, transformando também o espaço escolar, impondo a divisão técnica e social do trabalho. A forma organizativa referenciada no atual padrão produtivo se manifesta principalmente com a implementação de novas formas de contratação e a alteração do nível de subsunção dos trabalhadores da educação ao capital. Para MIRANDA (2005) uma nova categoria – *subsunção proto-real do trabalho docente* - precisou ser

Tal movimento se estabeleceu a partir de rupturas e permanências com relação a trajetória sindical brasileira.

criada para explicar o processo transitório entre a subsunção formal e real do trabalho docente ao capital.

Sendo a escola meio de produção desta categoria e o conhecimento ferramenta imaterial desse processo de trabalho, o professor tornou-se, ao longo de sua história, empregado diretamente pelo capital ou pelo Estado, dado que não tem a posse dos meios produtivos.

Essa conjuntura complexificou a atuação desta categoria, organizada sob diferentes entidades - na forma e no conteúdo - nos instigando a analisar os maiores sindicatos docentes do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo desta pesquisa foi identificar o pensamento pedagógico e o projeto sindical dessas entidades, ou seja, traçar o caminho político-ideológico que os docentes vêm manifestando em sua prática sindical.

Abaixo estaremos apresentando os sindicatos, para, na seção posterior, procedermos a exposição do Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical das entidades.

O CARÁTER MULTIFACETADO DOS SINDICATOS DOCENTES DO RIO DE JANEIRO

As três entidades sindicais investigadas que compõem camadas políticas diferenciadas da fragmentada organização docente da educação básica são: o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RIO) criado nos auspícios da legislação trabalhista; a União dos Professores Públicos do Rio de Janeiro - Sindicato (UPPES) que, embora seja oriundo do período democrático, herdou toda a prática dos sindicatos oficiais; e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), fundado na ascensão do Novo Sindicalismo.

A entidade mais antiga é o SINPRO-RIO, fundado em 1931, ainda no governo de Getúlio Vargas. É um sindicato que representa os professores da rede privada de educação em todos os seus níveis: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e até mesmo educação superior. Porém, há também filiados que pertencem exclusivamente à rede pública. Está organizado em onze zonais, possuindo uma sede no centro do Rio de Janeiro e duas subsedes nos bairros da Barra da Tijuca e de Campo Grande, além de algumas representações em outros municípios do estado. Segundo dados do departamento de comunicação, possui cerca de 15 mil filiados - mas nem todos são considerados sócios

ativos – o que diminui bastante esse quantitativo. É filiado à CUT A direção do SINPRO é presidencialista contando com uma diretoria consultiva, que se reveza no poder desde 1978. O Sindicato já realizou greves e manifestações, mas atualmente, tem apostado no caminho da negociação com o sindicato patronal. A formação político-partidária dos sindicalistas converge para uma hegemonia do pensamento desenvolvimentista/nacionalista oriundo do Partido Comunista Brasileiro.

A segunda entidade em tela é a União dos Professores Públicos no Estado - Sindicato (UPPES), que representa os professores da rede pública estadual. Foi criada em 1945, no período de redemocratização. No campo sindical, esta etapa histórica foi marcada pela criação de novas entidades, o número de sindicalização aumentou e começaram as tentativas de unificação dos trabalhadores, porém, segundo MATTOS (2003: 25), “a mais significativa herança da ditadura a manter-se no período democrático, impondo sérios limites à própria democracia, foi a estrutura sindical”. A UPPES foi justamente um desses herdeiros. A UPPES passou por transformações na sigla ao longo de sua história sem, porém, significar a incorporação de associados de outras categorias. É organizada sobre uma estrutura presidencialista, comportando uma Diretoria Executiva e seis diretorias regionais. Tem na assistência jurídica e no harmonioso diálogo com os governos suas principais formas de reivindicação. Define-se como uma entidade “apartidária, quanto às ideologias políticas e às crenças religiosas”, não sendo filiada a nenhuma central sindical, somando aproximadamente 16 mil filiados.

A Sociedade Estadual dos Professores (SEP), entidade que deu origem ao SEPE, foi fundada no final da década de 1970. As inúmeras mudanças ocorridas na sigla significaram a tentativa de fusão a outras entidades de profissionais da educação. Dessa forma, foi unificando, ao longo de sua história⁶, diversos trabalhadores da área educacional além dos professores. Portanto, o SEPE representa os profissionais da educação básica do Estado do Rio de Janeiro e não apenas a categoria docente. A ele podem filiar-se quaisquer profissionais das redes municipais de educação da capital e interior do estado, assim como servidores da rede estadual e da rede privada.

⁶ Para um aprofundamento da temática, ver SILVEIRA (2002).

Informações do Centro de Processamentos de Dados do SEPE-RJ, obtidas em maio de 2005, demonstram que sua base já ultrapassou 50.000 filiações, das quais 25.923 são da rede estadual, 16.623 da rede municipal do Rio de Janeiro e 11.100 de outras redes municipais do estado. A mesma fonte indica que 60% das filiações são constituídas de docentes. Esses números representam um crescimento de mais de 30% no número de filiações em três anos se comparados aos dados (cerca de 40 mil) de SILVEIRA em 2002.

O SEPE é o sindicato mais combativo dos três, aposta nas mobilizações de massa, muitos de seus quadros têm formação política partidária, sua direção é colegiada. O SEPE é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), estando organizada em uma direção estadual com sede no centro do Rio de Janeiro, nove núcleos regionais e 43 núcleos municipais.

A pesquisa foi realizada a partir das fontes primárias e secundárias discriminadas abaixo, oferecendo um amplo material de pesquisa para construção de nossas conclusões.

Com relação à UPPEs, contamos com três “dossiês sobre os problemas da educação pública estadual no Rio de Janeiro”, nos anos de 1996, 1997-1998 e 2004; jornais periódicos; o livro biográfico: Marcados pela história (SILVA, 2004) e o *site*: <http://www.uppe.com.br>, além de uma entrevista com a presidente que está no cargo desde 1988, e cabe destacar, não possui filiação partidária.

No SINPRO, utilizamos teses do último congresso (2004), o vídeo de posse da diretoria em atuação no ano de 2005, revistas, o *site* <http://www.sinpro-rio.org.br> e duas entrevistas. Uma entrevista foi realizada com o presidente da entidade no cargo desde 1996, e na diretoria executiva da entidade desde 1978, e outra entrevista contemplou o diretor de Educação e Cultura que também dirige o Centro de Estudos e atualização em política e educação (CEAPE), conhecido como Escola do Professor. Após a eleição do PT para a presidência da república houve um rompimento na diretoria ocasionando a formação de duas chapas em disputa nas eleições de 2005, lideradas por esses dois dirigentes. Na chapa de situação do atual presidente há a hegemonia da corrente *ptista* Articulação Sindical. Na chapa de situação do Diretor do departamento de Educação encontramos “*ptistas*” de outras correntes, filiados ao PCdoB, ao PCB, ao PDT e ao PSB, além de diretores independentes⁷.

⁷ Independente é como o meio organizado partidariamente convencionou denominar aqueles sujeitos não

No SEPE tivemos como fontes primárias as resoluções do Congresso de Educação de 1992, revistas, o *site* <http://www.sepe-rj.org.br> e as teses do último Congresso (2005). Com relação à escolha dos entrevistados, cabe destacar que foi bastante complexa e fez parte do processo de análise da entidade, cuja justificativa apresentaremos a seguir.

A vitória do PT para o governo federal significou uma reorganização interna das forças que compõem a diretoria da entidade - montada a partir dos critérios de proporcionalidade - configurando três grandes blocos ou frentes dentro da diretoria. Na falta de caracterização⁸ melhor, poderíamos afirmar que o marco da eleição de Lula revelou com maior nitidez, as forças políticas de “esquerda”, de “centro” e de “direita” no interior desta direção.

Nas seis chapas da última eleição havia correntes políticas e subgrupos de núcleos ou regionais de filiação partidária ou independente de partidos. Grosso modo, poderíamos definir a composição do grupo de esquerda pelos militantes do P-SOL (algumas correntes), do PSTU, pelo grupo da OMP (Organização Marxista Proletária - sem Partido) e militantes independentes. O centro é composto pelos militantes do P-SOL (algumas correntes) e do PT (algumas correntes). E a direita da direção, formada pelo PT (majoritariamente a Articulação Sindical), PCB, PCdoB, PDT e PSB.

Com base neste material indicado, investigamos em que medida o pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO, da UPPES e do SEPE convergiam ou divergiam no seu interior e entre si, assim como, em que medida, representavam os *interesses históricos da classe trabalhadora* a quem formalmente representam. Devido à configuração deste artigo não apresentaremos a análise pormenorizada de cada uma das fontes, tal como a fizemos no processo, mas a síntese construída a partir delas.

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO E O PROJETO SINDICAL DO SEPE-RJ, DO SINPRO-RIO E DA UPPES

Os aspectos que abordaremos nesta seção e que são centrais para a problemática que

filiados à partidos políticos.

⁸ Esta nomenclatura é bastante superficial, uma vez que a complexidade destes grupos é, em certa medida, homogeneizada dentro destas três posições políticas. Ficaremos, no entanto, com esta definição que já se tornou clássica no meio sindical.

estamos trazendo podem ser assim definidos: 1) Pensamento Pedagógico: abarca a concepção de educação das entidades e toca na concepção de sociedade que a sustenta, dialeticamente relacionadas; 2) Projeto Sindical: abarca a forma como a entidade concebe sua função social - articulada à sua estrutura e ao perfil dos dirigentes - e às suas práticas políticas. Como explicitamos anteriormente, a pesquisa foi realizada com amplo espectro de fontes, das quais retiramos as conclusões que se seguem.

Com relação ao projeto sindical pudemos identificar uma linha decrescente do potencial de mobilização dos sindicatos que vai do SEPE-RJ - cuja base é a rede pública do estado do Rio de Janeiro - uma entidade combativa ao capital e de grande disputa interna, passando pelo SINPRO-RIO - cuja base é a rede privada do município do Rio de Janeiro - entidade burocratizada e de discurso anti-capitalista até a UPPES uma entidade que reivindicou a condição sindical em busca de benesses sociais e financeiras, conhecida pela prática pelega e decorrente discurso conciliatório.

O SINPRO, fundado no contexto das políticas trabalhistas do Governo Vargas, se construiu como um típico sindicato oficial, presidencialista e de prestação de serviços. Assim como a prática negociadora e cartorial que busca através da via institucional os acordos trabalhistas é prevalente até os dias de hoje.

A UPPES é um exemplo de entidade conservadora e assistencialista, que não engrossou o movimento sindical que tentava se restabelecer no período da democratização e permaneceu, sem intervenções, nos períodos mais virulentos da ditadura militar.

O SEPE, por sua vez, foi fundado no contexto de grande efervescência dos sindicatos brasileiros, no surgimento do “Novo Sindicalismo”, movimento que se estabeleceu na contradição entre a crítica ao sindicato oficial e sua reprodução em algumas esferas (MATTOS, 1998). Nesse período, um novo ciclo grevista se abriu no país, a partir das tentativas de organização de um sindicalismo autônomo, combativo, baseado em novas formas de relacionamento com as bases e na luta pela redemocratização.

Se até o último governo de FHC, o SINPRO e o SEPE eram unânimes na crítica às políticas neoliberais - nos discursos, nas publicações (revistas, jornais, boletins) e na prática sindical - hoje não conseguem visualizar a continuidade dessas políticas no governo Lula.

Se compararmos seus desenhos políticos nas ocasiões de seu surgimento à atualidade, vamos perceber, nesses extremos, mais continuidades que rupturas. Embora não

seja possível afirmar tais linhas de continuidade com precisão, uma vez que não recuperamos a trajetória completa de cada entidade, é possível traçar algumas características marcantes.

No contexto de realinhamento do movimento sindical brasileiro, temos a UPPES mantenedora da postura de colaboração entre as classes; o SINPRO prescindiu das atividades reivindicativas e consolidou seu caráter negociador; e o SEPE, não acompanhou a guinada da CUT para o caminho propositivo. Embora, hoje enfrente o fortalecimento de uma social-democratização no conjunto de sua direção, o qual, se for consolidado, pode significar uma mudança estrutural na postura política da entidade.

O avanço das correntes social-democratas também precisa ser melhor compreendido, mas é possível relacioná-lo, em alguma medida, a uma tendência do movimento internacional de abandono de posições revolucionárias com a contra-reforma do capitalismo, representada pelo processo de restauração nos países do Leste Europeu. Essa proclamação da vitória do capitalismo ofereceu as condições políticas para o avanço do neoliberalismo e a moderação dos movimentos da classe trabalhadora, já que as condições objetivas já estavam postas com o esgotamento do Fordismo e o a política Keynesiana.

No Brasil, esse processo de transformação nas práticas sindicais teve início com o governo de Collor, se consolidando com seus sucessores. Mas foi com a vitória do maior partido considerado de esquerda, o PT, sob um conjunto de alianças com a burguesia, que a continuidade da política neoliberal causou seus maiores estragos na organização da classe trabalhadora e, talvez ainda não tenhamos a dimensão exata desse processo.

Há elementos que confirmam esta análise nos sindicatos analisados. O SINPRO se dividiu devido ao atrelamento de uma parte da diretoria ao governo federal. No entanto, a outra chapa, não combatia a essência dessa prática política, mas sim qualquer relação entre o sindicato e partido político, apresentando uma postura conservadora. Essa avaliação sobre os principais posicionamentos das chapas é que poderia explicar a cisão na diretoria unida há anos, uma vez que, embora possua divergências entre as chapas, ambas possuem, em sua maioria, expectativas positivas quanto ao governo Lula e não são críticos às políticas públicas educacionais deste governo.

No SEPE também há uma defesa das políticas governamentais e acordo, se não no conjunto, mas na maioria da direção, quanto aos rumos traçados pelo governo federal

“ptista”. A própria discussão de desfiliação da CUT foi o centro do último congresso da entidade, em junho de 2005, e combatida pela maioria dos seus dirigentes. Cabe talvez destacar, que os delegados aprovaram a realização de um plebiscito (em 2006) para definir este impasse.

Para Marx e Engels, o sindicato, apesar de suas limitações estruturais, pode se constituir como espaço de formação política dos trabalhadores, colaborando assim para a construção de um movimento mais amplo. Essa compreensão da natureza da forma-sindicato nos possibilita concluir que o SINPRO e a UPPES estão circunscritos ao limites da estrutura sindical de negociar o valor da força de trabalho e a tentativa de promover melhorias corporativas. Nenhum dos dois sindicatos estabelece com a base uma prática consciente de formação política, restringindo-se ao oferecimento de serviços, assistenciais no caso da UPPES e educacionais no caso do SINPRO.

A conformação com os limites do sindicato inscrevem essas entidades numa prática corporativista e reformista de que é possível tornar a vida do trabalhador melhor dentro do capitalismo. O objetivo da ação sindical passa a ser a negociação para a minimização da exploração do capital, e não a sua própria extinção a fim de possibilitar um exercício de organização da classe trabalhadora contra sua condição de mercadoria.

No SEPE, embora as vozes não sejam uníssonas na definição do papel histórico da classe trabalhadora frente ao capitalismo, há a compreensão de que o sindicato deve contribuir para as lutas dessa classe social. Não nos parece possível afirmar que o conjunto da diretoria atual tenha como bandeira o socialismo, embora o reivindique no seu discurso. No entanto, o SEPE ainda é um sindicato que mobiliza a categoria e não aderiu à ala majoritária do sindicalismo brasileiro de proposições.

A trajetória de cada sindicato construiu uma estrutura e um projeto sindical que acabamos de explicitar como pano de fundo para chegarmos à temática central de nosso artigo: como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores.

A especificidade desses sindicatos, situados no campo educacional, trouxe muitas possibilidades de análise. Escolhemos três eixos para abordar a problemática da concepção de educação nas entrevistas que foram realizadas e que dão sustentação as nossas conclusões, a saber: a relação entre trabalho e educação, pela centralidade que possui para o debate educacional no campo marxista; a questão do financiamento e a laicidade do ensino

por serem, freqüentemente, questões relegadas a um segundo plano pelos sindicatos, quando, na verdade, são questões essenciais.

Portanto, a pesquisa buscou compreender como a disputa teórica no campo educacional ganha corpo dentro de uma forma específica de organização da classe trabalhadora, que é o sindicato.

Não engrossamos o coro daqueles que acham que o sindicato deve ser um assessor pedagógico, e que, portanto, a sua demonstração de preocupação com o fenômeno educativo deve se dar através da inversão de prioridades, em que às questões macro-políticas devem se sobrepor às especificidades pedagógicas.

O sindicato da área educacional não é equivalente a um espaço de educação formal de professores, cada um guarda suas especificidades. Para não cairmos nessa armadilha simplista, não seria suficiente realizar apenas uma análise da concepção educacional dos sindicatos, chegando à conclusão de que um sindicato não demonstra preocupações educacionais, pois não formulou um documento, e que outro cumpriu a função social de um sindicato docente, ao sistematizar os anseios educacionais de uma categoria em uma teoria pedagógica. Sabemos que as sistematizações dos debates pelos sindicatos nos oferecem muitos indícios, mas não esgotam a análise. Entendemos que a essência do pensamento pedagógico é mais abrangente do que um documento-síntese, pois mesmo quando ele existe é alvo de disputas.

Enfim, naquilo que definimos como Pensamento Pedagógico, encontramos na maioria da direção das três entidades, com diferentes níveis de adesão, um aprisionamento, em última instância, às concepções educacionais burguesas ou mais especificamente, liberais.

Embora sejam de entidades tão diferentes, a maioria dos sindicalistas entrevistados defendeu, para a classe trabalhadora, que formalmente representa, uma educação que mais se aproxima da educação polivalente, que parcela o conhecimento, significando uma proposta educacional diretamente funcional ao mercado de trabalho, do que uma proposta de educação voltada aos interesses históricos da classe trabalhadora, construída em torno das formulações socialistas de educação.

Na integralidade dos sindicatos e, na maioria dos dirigentes entrevistados, foi estabelecida uma relação sem mediações da educação com o mercado de trabalho,

guardadas as devidas gradações na forma de adesão. No caso do SEPE, inclusive indo de encontro a deliberações congressuais, seu órgão maior de formulação.

A defesa da UPPEs quanto ao ensino religioso soou desafinada ao movimento progressista dos educadores. O SINPRO defendeu a laicidade no ensino público e a escola privada como espaço de liberdade, inclusive religiosa. Embora a convergência do SEPE em torno do assunto tenha sido apenas em torno do não financiamento do Estado deste ensino, a maioria dos coordenadores reafirmou a bandeira histórica da laicidade.

Ao passo que a questão do financiamento revelou uma aproximação entre o SINPRO e a UPPEs, na defesa do ensino privado como complementar ao sistema nacional de educação e evidenciou a defesa da maioria das forças políticas do SEPE pela escola pública.

Na compreensão da UPPEs a educação tem um papel equalizador das diferenças sócio-econômicas que não é explorado pelos dirigentes nacionais. A razão desta opção, no entanto, é discutida no plano individual ou da (in)competência dos políticos profissionais. A educação deveria preparar o sujeito para exercer toda sua “linha vocacional”, ou seja, desempenhar múltiplas funções de acordo com a demanda do mercado de trabalho.

Para o SINPRO, a educação é um serviço que tanto pode ser oferecido pelo governo, pelas empresas ou ainda pela sociedade civil, já que o oferece dentro de sua própria sede. Também entende a educação pública como um apêndice de um projeto de desenvolvimento nacional.

Já no SEPE, há resoluções congressuais em torno da proposta de Escola Unitária. Essa formulação advém de uma concepção e prática educacional baseada na compreensão da realidade em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos científicos, políticos, no domínio do trabalho e na formação integral do homem. Embora haja, no SEPE, deliberações que vão de encontro à concepção de educação polivalente, percebemos que se uma nova discussão ocorrer, tais concepções podem ser subsumidas à lógica educativa do capital.

Quando os coordenadores explicitaram suas interpretações sobre a resolução de um projeto de Escola Unitária, em alguns casos, negaram sua essência teórica e política, demonstrando que o SEPE corre o risco de vir a ter uma formulação de educação à direita de sua prática política ainda combativa. Não há a unidade em torno da concepção educacional que esperávamos encontrar, visto que o sindicato possui o maior debate e

sistematização sobre a temática das três entidades estudadas. Da mesma forma, não há muitas convergências, na direção do SEPE, em torno dos rumos do sindicato, expressando as suas intensas disputas políticas internas. Se o SEPE parece, em muitos momentos, representar um grande desencontro, esse aspecto é resultado da proporcionalidade que traz para o seu interior, as disputas políticas presentes senão na sociedade, pelo menos, nos movimentos sociais. Como organizar essas diferentes forças políticas dentro de uma mesma entidade não sabemos, apenas acreditamos que esse caminho é imprescindível para combater a aristocracia operária e suas formas de aparelhamento institucional. Para tanto, os sindicatos precisam colaborar para a unificação e conscientização da classe trabalhadora. Uma unificação que supere a organização por setores ou profissões. No caso dos sindicatos estudados apenas um unifica os trabalhadores da educação, e arriscaríamos afirmar que de uma forma muito desproporcional, consolidando ainda a hegemonia da categoria docente.

A forma-sindicato, enquanto ferramenta privilegiada de experiência de embate entre capital e trabalho, pode colaborar para a organização da classe trabalhadora se não for utilizada como um fim em si mesma. Da mesma forma, um sindicato docente e seus militantes precisam ter uma compreensão totalizante do papel da educação dentro do capitalismo, quais as formas teóricas que estes pensamentos assumem e como chegam à sociedade e, em particular, à escola para não serem prisioneiros de uma ideologia que confronta seus próprios interesses e subsume o trabalho docente aos interesses do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo no Brasil. Campinas: Pontes, 1995.

----- . Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ALVES, Giovanni. Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru (SP): Práxis, 2003.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. (3ª ed.). São Paulo:

- Cortez, 1989.
- GORZ, Andre. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. (12ª ed.). São Paulo: Loyola, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. (6ª ed.). São Paulo: Hucitec, 1987.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955–1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 1998.
- . O sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MIRANDA, Kênia. A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal. Niterói: UFF, 2005. [Dissertação de mestrado]
- RUMMERT, Sonia Maria. Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.
- SEPE-RJ – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro. I Congresso de Educação e Unificação – Resoluções. Rio de Janeiro: SEPE-RJ, 1992.
- SILVEIRA, Marta Lima Moraes. Entre Gregos e Troianos. As relações entre o SEPE/RJ e a categoria de profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de mestrado em educação)
- SILVA, Teresinha. Marcados pela história. Niterói: UPPES, 2004.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. Da contestação à Conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: EdUNICAMP, 2002.